

AO ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES - SC:

CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA. ME., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.637.801/0001-01, estabelecida na Rua Bernardo Dornbusch, nº 190, bairro Vila Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul, SC, CEP 89.256-101, neste ato representada por procuração, pelo Sr. Rogério Silvano André, já qualificada para a LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA N. 91/2018, vem, por meio desta, apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto por **L.C. EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI**, com fulcro nos seguintes fatos e fundamentos:

I - SÍNTESE DOS FATOS:

A empresa L.C. EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI interpôs recurso administrativo em face da decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, consignada na Ata 91/2018 PMN, pela qual foi desclassificada por deixar de observar o item 4.2.2.2 do Edital.

Irresignada com a referida decisão, a empresa recorrente pugna pela reconsideração da decisão e a sua classificação no certame.

Entretanto, as alegações que sustentam o recurso administrativo interposto pela empresa L.C. EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI carecem de fundamento e devem ser integralmente rejeitadas, pelos fatos e argumentos que seguem.

II - AS CONTRARRAZÕES AO RECURSO:

A decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, consignada na Ata 91/2018 PMN, desclassificou a empresa L.C. EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI por deixar de observar o item 4.2.2.2 do Edital, haja vista que ela não apresentou em sua proposta a especificação do valor da mão de obra e do material, em porcentagem ou em valor, separadamente, para fins de tributação.

Preende a recorrente a reconsideração da decisão que a desclassificou do certame e a decretação da sua classificação.

A recorrente, em suas razões recursais, alega que a sua desclassificação configura ato ilegal, pois teria apresentado todos os documentos necessários e que a exigência contida no item 4.2.2.2 se revela excesso de formalismo.

Contudo, a recorrente não assiste razão.

Ao contrário do que alega a recorrente, ela deixou de apresentar a especificação do valor da mão de obra e do material, em porcentagem ou em valor, separadamente, para fins de tributação, conforme item 4.2.2.2 do instrumento convocatório.

Inicialmente, é importante destacar que a empresa recorrente não comprovou que a exigência do item 4.2.2.2 tenha ultrapassado qualquer limite.

Em que pese a empresa recorrente tenha discorrido em sua peça recursal a respeito do conceito, doutrina e precedentes acerca do excesso de formalismo no âmbito das licitações e as suas consequências, a recorrente deixou de cotejar com o caso concreto, não demonstrou que a exigência do item 4.2.2.2 seria uma formalidade excessiva.

A recorrente também não justificou quais seriam os prejuízos em decorrência do suposto formalismo excessivo em detrimento desta Administração Pública.

Ou seja, a empresa recorrente admitiu ter deixado de apresentar os especificações do item 4.2.2.2 e limitou-se, tão somente, a arguir o suposto vício do Edital por formalismo excessivo, trazendo conceitos doutrinários e precedentes sobre o tema, de forma genérica, sem relacionar ao caso concreto.

Além disso, a recorrente não impugnou o edital no momento oportuno, deixando transcorrer *in albis* o prazo previsto no Edital para impugnar eventuais irregularidades e abusos cometidos pelo instrumento convocatório, tendo demonstrado sua irresignação somente após ter sido desclassificada.

Tal fato demonstra a má fé da empresa recorrente, a qual pretende questionar o Edital e a decisão que a desclassificou do certame, somente no intuito de permanecer na concorrência e ser decretada classificada.

Caso a empresa recorrente estivesse preocupada com a Administração Pública, em contratar com empresas capacitadas e que ofereçam melhor preço; preocupada em ampliar a concorrência oportunizando outras empresas interessadas no certame que, igual a recorrente, não atendam a exigência do item 4.2.2.2; e, preocupada com a coletividade beneficiada pelo objeto da concorrência, a empresa recorrente deveria ter se manifestado previamente, quando do início da concorrência. O fato de ter impugnado o Edital somente nesta fase do processo, demonstra o mero interesse próprio em vencer o certame.

A mesma situação ocorrer em relação ao argumento suscitado no item "III" da peça recursal. A empresa recorrente questiona, intempestivamente, uma suposta contradição do Edital.

Além de insubsistente a alegação da empresa recorrente, é também intempestiva a sua arguição de contradição do Edital.

Portanto, os argumentos suscitados pela recorrente deviam ter sido objeto de impugnação ao edital. Ao deixar de questionar a suposta irregularidade no momento da publicação do Edital, operou-se a decadência do seu direito de pleitear a anulação ou alteração daquele instrumento convocatório. Além disso, o fato da empresa recorrente ter permanecido inerte naquela oportunidade, faz presumir que a ela aceitou todos os termos do Edital.

Ademais, a dita exigência é mínima e necessária para garantir que esta Administração atinja seu objetivo com qualidade e o melhor preço.

A apresentação da especificação do valor da mão de obra e do material, em porcentagem ou em valor, separadamente, para fins de tributação, é mera obrigação de ser transparente perante esta Administração Pública e a sociedade.

Querer abster-se de apresentar em sua proposta a especificação do valor da mão de obra e do material, em porcentagem ou em valor, separadamente, para fins de tributação, da forma como fez a empresa recorrente, leva a crer que ela, proponente, queira omitir informações essenciais, em flagrante violação ao princípio da transparência.

Tendo a recorrente deixado de apresentar a especificação do valor da mão de obra e do material, em porcentagem ou em valor, separadamente, para fins de tributação, ela violou o item 4.2.2.2 e incorreu nas sanções previstas do Edital, o qual estabelece que as licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou ainda com irregularidades, serão DESCLASSIFICADAS/INABILITADAS, não se admitindo complementação posterior.

Portanto, a recorrente não atendeu às exigências do edital e Comissão Permanente de Licitação acertou ao desclassificá-la, decisão esta que deverá ser mantida.

O princípio da proporcionalidade e o princípio da razoabilidade dele derivado instruem o poder discricionário do agente público. A discricionariedade, porém, em termos de licitação pública, não é absoluta e está pautada pelos limites que a própria Lei de Licitações impôs ao seu exercício. Em diversos pontos a referida lei faculta ao agente público agir de uma maneira ou de outra; permite impor aos licitantes e à própria Administração requisitos mais ou menos rigorosos; faculta também a formulação de exigências variáveis de acordo com a complexidade e a relevância do objeto licitado, sempre respeitada a espinha dorsal da lei.

O exercício dessas opções deve se dar na fase interna da licitação, quando a Administração definir, de acordo com suas necessidade e com o interesse público subjacente, o objeto a ser licitado, sua especificação, quantidade, qualidade, prazo de execução, etc. Definir, também, quais exigências serão opostas aos pretendentes concorrentes, para que assim se minimizem os riscos de contratar com licitantes incapazes de concretizar o objeto e se assegure a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração dentre aquelas formuladas por concorrentes aptos a contratar com o Poder Público o objeto licitado.

Nesse momento, a atividade do administrador deve ser instruída pelos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da rejeição ao excesso de formalismo, além de outros igualmente relevantes, e sempre em virtude da Lei.

In casu, o agente público equilibrou ou princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e do excesso de formalismo, e observou os limites da Lei, não há qualquer ilegalidade, razão pela qual é insubsistente a alegação da empresa L.C. EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI.

Inclusive, convém ressaltar que não há qualquer possibilidade de complementação da documentação, porquanto será intempestiva e em desconância com os termos do Edital.

O agente público é vinculado às condições normativas e do instrumento convocatório, devendo observá-las de modo a garantir o melhor resultado para o órgão público e visando os interesses públicos.

Não sendo cumpridas as exigências legais ou previstas no Edital e, uma vez averiguadas tais condições, a decisão tomada pela Comissão ou o certame deverá ser anulado, porquanto elivado de vícios.



Caso esta Comissão entenda por reconsiderar a decisão e classificar a empresa recorrente no certame, a Administração Pública violará frontalmente as condições normativas e o disposto no edital.

Além disso, caso ocorra a reconsideração da decisão e a classificação da empresa recorrente, a decisão violará frontalmente os princípios que regem o processo licitatório (artigo 3º da Lei nº 8.666/1993).

A Comissão Permanente de Licitação e a Autoridade Superior não podem acolher os argumentos da recorrente, que visa unicamente a promoção de concorrência desleal, impedindo o caráter concorrencial que é essencial às aquisições pelos órgãos públicos, violando os princípios constitucionais da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e da legalidade

Caso seja revogada a decisão recorrida e classificada injustamente a empresa recorrente, esta Comissão de Licitação estará impedindo que esta Administração contrate com uma empresa idônea, que observou todas as exigências mínimas e necessárias do instrumento convocatório, a qual poderá lhe oferecer o melhor preço, serviços de qualidade e a certeza do cumprimento das exigências e do cronograma da obra e com transparência das informações.


Assim sendo, conclui-se que a Comissão Permanente de Licitação embasou perfeitamente a decisão que desclassificou a empresa L.C. EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI, a qual deve ser mantida.

POSTO ISSO, a petição aguarda que o recurso administrativo que foi interposto pela empresa L.C. EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI seja totalmente improvido, vez que a decisão recorrida acertou ao desclassificá-la, haja vista que a recorrente não apresentou os documentos necessários (a especificação do valor da mão de obra e do material, em porcentagem ou em valor, separadamente, para fins de tributação), portanto, deixou de atender as exigências contidas no instrumento convocatório.

Assim sendo, deve ser mantida a decisão que desclassificou a recorrente.

São as contrarrazões!

Jaraguá do Sul, SC, 03 de agosto de 2018.


CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA. ME.
CNPJ nº 07.637.801/0001-01
p.p. Rogério Silvano André